

COMPADRIO, CASAMENTO E ESPAÇO EM ZONA DE FRONTEIRA AGRÍCOLA: REDES SOCIAIS DA ELITE RURAL DE PIRANGA (MINAS GERAIS, C1760-C1850)¹

Mateus Rezende Andrade²

Resumo: Este artigo analisa a mútua ingerência entre o matrimônio e o compadrio entre membros de uma elite rural do distrito de Piranga, localidade pertencente ao Termo de Mariana em Minas Gerais. Defende-se que estas duas práticas relacionais oferecem importantes chaves para compreensão das hierarquias sociais, da mobilidade sócio-espacial e enraizamento social. Como resultados, notou-se que através de casamentos com importantes famílias, indivíduos de outras regiões galgavam ascensão social e econômica através da inserção nos principais círculos relacionais da localidade em estudo. Por fim, perceberam-se importantes diferenças intergeracionais na prática do compadrio, a qual demonstra a importância em analisar esta prática conjuntamente ao ciclo vital.

Palavras-chave: História da família; elites; redes sociais.

GODPARENTAGE, MARRIAGE AND SPACE IN AGRICULTURAL FRONTIER ZONE: SOCIAL NETWORKS OF PIRANGA'S RURAL ELITE (MINAS GERAIS, C1760-C1850)

Abstract: This work analyze the mutual interference between marriage and godparentage among members of a rural elite in the Piranga district, a place in the jurisdiction of the 'Termo de Mariana'. It is argued that these two relational practices offer important keys to understanding social hierarchies, social and spatial mobility and social embedded. As results, it was observed that through marriages with important families, individuals from other regions aspired social and economic ascension through insertion in the main relational circles of the locality under study. Finally, have been noted significant differences in intergenerational practice of godparentage, which demonstrates the importance in analyzing this practice jointly the life cycle.

Keywords: History of the family; elites, social networks.

¹ Este artigo é parte constituinte da minha dissertação de mestrado, intitulada *Compadrio e família em zona de fronteira agrícola: as redes sociais da elite escravista, freguesia de Guarapiranga (c1760-c1850)*, defendida no Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal de Minas Gerais, 2014.

² Doutorando em História pela Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais. Bolsista Capes. E-mail: mateusandrade@ufmg.br.

Redes Sociais, Família e Compadrio: reflexões introdutórias

As redes sociais estão em voga na historiografia brasileira. Fortuitos trabalhos têm versado sobre imbricadas relações estabelecidas por atores históricos, porém, sem a realização de uma autocrítica quanto à natureza das mesmas, sintomaticamente, não alcançaram todo o seu potencial interpretativo sobre a sociedade colonial e imperial do Brasil.

No Brasil, Martha Hameister (HAMEISTER, 2006) e Tiago Luis Gil (GIL, 2009), foram os primeiros a utilizarem a *Análise de Redes Sociais* nos estudos historiográficos. Hameister analisou os registros paroquiais a fim de mostrar como imbricadas relações sociais estavam por trás da formação social de uma vila colonial. Já Tiago Gil, em estudo sobre o comércio interno, analisa uma complexa rede que interconectava comerciantes que transitavam pelo centro-sul da colônia, demonstrando a existência de várias atividades econômicas para além do comércio atlântico. Entretanto, as produções posteriores a estes trabalhos – os quais foram muito bem criticados e incorporados como referências obrigatórias em suas respectivas áreas e objetos de pesquisa –, ao mobilizarem conceitos e pressupostos teóricos introduzidos por Martha Hameister e Tiago Gil, não propuseram novas formas de aplicar a metodologia da *Análise de Redes Sociais*, dando-se por satisfeitas ao lançar mão da noção de *redes sociais*, presente no campo das ciências humanas e sociais desde meados do século XX, transitando entre o campo da teoria e da metodologia de pesquisa³.

Assim, compartilha-se da crítica feita por Fábio Faria Mendes (MENDES, 2012) sobre a necessidade de a pesquisa histórica extrapolar as *redes sociais* como metáforas da estrutura social, importando novos problemas de pesquisa que surgem a partir de métodos específicos de análise que percorrem os limites da pesquisa qualitativa e ao mesmo tempo quantitativa. Deste modo, este artigo vale-se dos avanços metodológicos e interpretativos propostos por recentes produções que se voltaram aos problemas específicos da *Análise de Redes Sociais*, revisitando antigos problemas historiográficos, oferecendo novas interfaces interpretativas. (ANDRADE; LEMOS, 2013; ARAÚJO; SOUZA, 2013; FARINATTI; VARGAS, 2014).

O princípio de que relações sociais podem ser resumidas na noção de redes vem de uma longa tradição nas ciências sociais e humanas. Georg Simmel e Norbert Elias figuram entre os primeiros a utilizarem-se sistematicamente do conceito de redes

³ Sobre a *Análise de Redes Sociais* ver Feldman-Bianco (2010), em especial introdução.

sociais. Para Simmel (1983: 83), a sociedade não é um aglomerado de homens; constitui-se da reciprocidade relacional entre eles. Norbert Elias também descreveu a gênese da sociedade advinda da perpetuação de relações mútuas entre os atores sociais (ELIAS, 1993) e o conceito central em seu modelo interpretativo é o de ‘processo civilizador’. Para ele, a mudança ‘civilizadora’ incide na maior interdependência das ações sociais, tornando-as organizadas, precisas e rigorosas.

Entretanto, a noção de redes sociais foi formalizada teórica e metodologicamente a partir dos trabalhos de sociometria desenvolvidos por Jacob L. Moreno (MORENO, 1934) e da análise situacional do antropólogo John Barnes (BARNES, 1954). Este estudou as diferenças relacionais a despeito das desigualdades sociais, sem negar os atributos individuais ou grupais, destacando as possibilidades de interpretação social a partir da fluidez das características relacionais.

Apesar de não se constituir numa teoria social, algumas premissas delimitam a utilização da *Análise de Redes Sociais*⁴ na pesquisa em Ciências Humanas e Sociais. Segundo Fábio Mendes “o pressuposto básico é que atores e suas ações são interdependentes, e, que os diversos tipos e configurações de laços em que os atores estão imersos são canais para fluxos de recursos materiais, informacionais e sociais” (MENDES, 2012: 45). Deste modo, o método permite explicar padrões em nível macro como a formação de grupos, inserção de indivíduos nestes grupos em diferentes níveis e distintas oportunidades, constrangimentos além de influências proporcionadas pelo pertencimento ao grupo. Assim, apresenta-se muito profícua a aplicação da *Análise de Redes Sociais* em estudos históricos, despendidos os devidos cuidados no manejo de dados e atentando-se às possíveis simplificações conforme alerta o historiador Tiago Luís Gil (GIL, 2011).

A História da Família, uma das áreas da historiografia brasileira que tem se destacado frente ao recente avanço da noção de redes sociais, nem sempre foi um campo de estudo autônomo. Por se conceber a família como componente tácito das sociedades humanas, não se estudava a mesma como lócus de tensões e dinâmicas próprias que lhe conferisse importância na compreensão da sociedade em que se insere. Esta conjuntura começou a modificar-se, segundo Robert Rowland, quando os antropólogos, no contexto de estudo de sociedades exóticas constataram que “as

⁴ Em letras maiúsculas e numa diferente conotação da até então utilizada para exprimir que falamos do método de *Análise de Redes Sociais* e não da teoria de *redes* ou de noções fragmentárias sobre a natureza destas *redes*.

categorias do sistema de parentesco não correspondem diretamente às relações de parentesco biológico entre as pessoas” (ROWLAND, 1997: 2).

Assim, através da lente das relações familiares, o pesquisador tem um bom *corpus* analítico das relações entre grupos, do trabalho doméstico, das relações de gênero, da escravidão, etc. A família tinha um importante papel social e em seu seio geria-se complexas relações, através das quais a política, a história agrária e os seus empreendimentos tomam forma e contexto, deixando de lado a ideia de que são fenômenos impessoais.

Gilberto Freyre foi o primeiro estudioso a chamar a atenção para a importância do enfoque à família para se compreender a formação do Brasil. Segundo ele, foi a família, não o indivíduo, o Estado ou a Igreja, a principal instituição colonizadora do Brasil. Em seu seio geriu-se o capital desbravador, empreendeu-se fazendas produtoras de cana-de-açúcar, delineou-se os rumos do tráfico transatlântico de escravos, desdobrando sua influência em capital político, constituindo-se na principal aristocracia colonial das Américas (FREYRE, 2006).

Outros autores, contemporâneos de Gilberto Freyre, como Oliveira Vianna (VIANNA, 1987) e Alcântara Machado (MACHADO, 2006), também destacaram a família como importante ator no processo de formação da sociedade brasileira. Estes se pautaram nos processos de produção e reprodução do poder, cerceando a atuação da família e as suas funções sociais, sem ainda, se adentrar nas dinâmicas internas da família, suas estruturas e estratégias de reprodução social.

Na década de 1970, incitados pelo advento do chamado método de reconstituição de famílias e dos desdobramentos deste à realidade documental brasileira (HENRY, 1977), a família é retomada como passível de pesquisas em si mesma. Novas fontes documentais retomaram os velhos problemas com novas questões, tornando indissociável a demografia histórica e a História da Família. O entusiasmo com as novas metodologias foi tão agudo que diversas temáticas surgiram e outras foram revisitadas. A partir daí, a história da família passou a figurar em estudos sobre os componentes da dinâmica demográfica (MARCILIO, 1973), estudos de domicílios e suas funções (RAMOS, 1972; KUZNESOF, 1986) e nas biografias coletivas de elites (KUZNESOF, 1979; LEWIN, 1993).

Foram estes trabalhos que intensificaram o diálogo da história com as ciências sociais. Transcendendo os aspectos da dinâmica demográfica, esta interdisciplinaridade tem possibilitado a história da família alargar suas abordagens, colocando em pauta o

universo familiar para além das famílias nucleares, envolvendo as suas parentelas, o mundo dos escravos e a busca por inserção social dos libertos.

Neste ínterim, passa-se a levar em consideração a complexidade de fatores intrínsecos e extrínsecos à família e com isso, o compadrio ganha espaço privilegiado na pesquisa histórica. Por ser proibida pela Igreja a escolha de si mesmo como padrinho, o sacramento do batismo introduz e pressupõe uma dinâmica social, pois, ao extrapolar os laços consanguíneos imediatos são estabelecidas novas relações entre os envolvidos, sendo distintiva a complexidade social que estas escolhas podem demonstrar.

Donald Ramos escreve que na sociedade colonial brasileira o batismo era o momento em que a pessoa ganhava uma nova família – encabeçada pelos padrinhos eleitos – com uma função mais exaltada socialmente, a saber: a educação espiritual do batizando (RAMOS, 2004: 51). O compadrio foi, portanto, o mecanismo encontrado pela sociedade para estender a teia de laços familiares.

Apesar de maior produção bibliográfica sobre o tema do compadrio de escravos (SLENES, 1999; FLORENTINO; GÓES, 1997; GÓES, 1993.), percebe-se na historiografia brasileira sobre o compadrio o delineamento de certas tendências interpretativas que evocam aspectos políticos nesta prática social. Aspectos estes permeados pela ideia de uma sociedade estamental, regida pela lógica do prestígio onde o sujeito histórico é capaz de mover recursos e pleitear ascensão, movendo-se sempre verticalmente dentro da ordem social.

No batismo e no matrimônio escolhas são feitas, sejam individuais ou familiares, e os envolvidos nestes ritos sacramentados pela Igreja estabelecem relações entre si. A fim de dar subsídios a antigos problemas com novas metodologias ou mesmo apresentar novos problemas com novas maneiras de analisar uma mesma fonte histórica, propõe-se a aplicação da análise em conjunto de redes de compadrio e casamento. A utilização de técnicas específicas da *Análise de Redes Sociais* podem evidenciar características elementares das estratégias matrimoniais e relacionais da família brasileira.

Acredita-se que estes dois universos relacionais, apesar de reclamarem distintas estratégias – enquanto um envolve laços espirituais, reflexo de relações de confiança e afinidade, ou do puro desejo de estabelecer laços que proporcionem ganhos sociais e/ou econômicos; o outro se encontra no âmbito imediato de perpetuação da família, pois é dele que nascem os herdeiros e são geridos os bens familiares –, possuem uma mútua ingerência. Esta, analisada pormenorizadamente, revela traços constitutivos da prática

Um dos primeiros arraiais a surgir ao longo dos vários caminhos que conectavam a capitania de São Paulo às recém-descobertas minas foi o de Piranga. Através do relato contido no Códice Costa Matoso, vemos que bandeiras saídas de São Paulo e Taubaté no início da década de 1690 fizeram pouso à beira de um rio onde encontraram ouro, o que culminou na instituição de uma capela e logo um pequeno arraial (FIGUEIREDO; CAMPOS, 1999: 257).

Mapa com informações sobre o surgimento das Vilas em Minas Gerais, especificamente nas regiões central e leste da capitania e província ao longo dos séculos XVIII e XIX

Fundação das Vilas

- 1711
- 1713-1730
- 1789-1791
- 1798
- 1814
- 1831-1841
- 1850-1861
- 1875-1880

0 25 50 100
Kilômetros

1:1.500.000

Fonte: CÓDICE COSTA MATOSO; FIGUEIREDO, Luciano; CAMPOS, Maria Verônica. *Coleção das notícias dos primeiros descobrimentos das minas na América que fez o doutor Caetano da Costa Matoso sendo ouvidor-geral das do Ouro Preto, de que tomou posse em fevereiro de 1749, & vários papéis*. Belo Horizonte, Fundação João Pinheiro/Centro de Estudos Históricos, 1999. 2v; BARBOSA, Waldemar de Almeida. *Dicionário histórico-geográfico de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Saterb, 1971

No entanto, o Mapa 1 traz informações geográficas e a partir das quais elencam-se questionamentos elucidativos acerca do lugar do arraial de Piranga⁵ no espaço e na sociedade mineira. O primeiro deles: por que um arraial com sua capela erigida nos anos iniciais da ocupação e descobrimentos das Minas Gerais, teve a sua elevação a categoria de vila somente no ano de 1841? Em suma, como bem fez Cláudia Damasceno Fonseca, há de se problematizar a história administrativa e os espaços de poder que deixaram suas marcas na história de Minas Gerais (FONSECA, 2011). Diante deste problema, postula-se a constante submissão administrativa e eclesiástica às instâncias superiores próximas, aspecto destacado através da proximidade a várias outras vilas do período colonial que detinham importante papel na fiscalidade e como entrepostos comerciais, casos das vilas de Queluz e Barbacena⁶.

Ainda, problematiza-se a partir do Mapa 1 a posição de Piranga perante as vilas ergidas durante o Império, as quais, em sua totalidade situadas nos vales do Rio Paraíba do Sul e Rio Doce, regiões tardiamente colonizadas em função de medidas que visavam controlar os fluxos de mercadorias, tornaram-se por isso, áreas proibidas (MERCADANTE, 1973), o que leva a pergunta: teria sido a região do vale do Rio Piranga uma espécie de entreposto ocupacional do processo de povoamento desta fronteira leste da capitania de Minas Gerais?

Em partes, o Mapa 2 fornece subsídios para reponder esta pergunta. Nota-se que ao sul das capelas de Nossa Senhora do Pilar e Nossa Senhora do Carmo (ao entorno das quais surgiram as vilas de Ouro Preto e Mariana, respectivamente)⁷, as capelas de Nossa Senhora da Conceição de Guarapiranga (arraial de Piranga) e de Santo Antônio do Pirapetinga (distrito de Pirapetinga)⁸ eram as únicas que ali se encontravam nas décadas finais do século XVII e iniciais do século XVIII, portanto, foram lugares de passagem que surgiram do movimento de entrada e de tropas que rumavam para a região mineradora central. Assim, conjectura-se que devido à sua localização geográfica, no limite entre a urbe e o sertão, o arraial de Piranga tornou-se uma porta de entrada para as incursões de conquista e povoamento das zonas fronteiriças a leste do centro minerador. Por exemplo, destaca-se do Mapa 2 uma linha imaginária que

⁵ No Mapa 1 o ponto representando o arraial de Piranga encontra-se no quadrante B2.

⁶ Esta duas vilas estão representadas no Mapa 1 e encontram-se no quadrante A2.

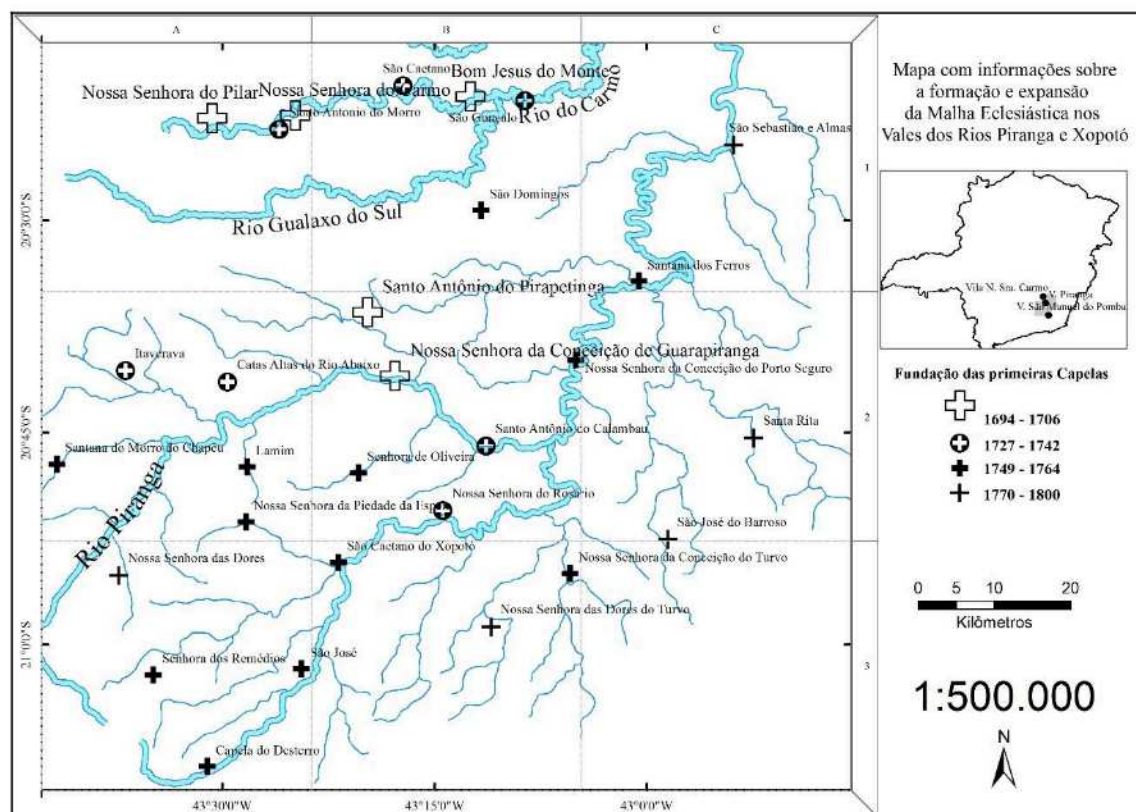
⁷ Capelas representadas por uma grande cruz transparente, próximas às nascentes do Rio do Carmo, no quadrante A2 do Mapa 2.

⁸ Ambas as capelas encontram no quadrante B2 do Mapa 2.

COMPADRIO, CASAMENTO E ESPAÇO EM ZONA DE FRONTEIRA AGRÍCOLA: REDES SOCIAIS DA ELITE RURAL DE PIRANGA (MINAS GERAIS, C1760-C1850)

interliga as capelas de Nossa Senhora das Dores do Turvo⁹, São José do Barroso¹⁰, Santa Rita¹¹ e São Sebastião e Almas¹², todas erigidas no período de 1770 a 1800, delimitando o limite interdito por decretos reinóis que proibiam a ocupação e povoamento das chamadas áreas proibidas do leste da capitania de Minas Gerais (LANGFUR, 2006).

Mapa 2 – Formação e expansão da malha eclesiástica no vale do Rio Piranga, Minas Gerais, 1694 – 1800



Fonte: CÓDICE COSTA MATOSO; FIGUEIREDO, Luciano; CAMPOS, Maria Verônica. *Coleção das notícias dos primeiros descobrimentos das minas na América que fez o doutor Caetano da Costa Matoso sendo ouvidor-geral das do Ouro Preto, de que tomou posse em fevereiro de 1749, & vários papéis*. Belo Horizonte, Fundação João Pinheiro/Centro de Estudos Históricos, 1999. 2v; BARBOSA, Waldemar de Almeida. *Dicionário histórico-geográfico de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Saterb, 1971

Em suma, estes mapas fornecem uma representação muito elucidativa do movimento da expansão territorial e as várias fases que o instituíram, com suas bases lançadas do chamado núcleo eclesiástico primário, formado por capelas que surgiram ao longo dos caminhos que ligavam a região mineradora central e as igrejas ali erigidas. Note-se, por exemplo, que na segunda fase desta expansão (1727 – 1742), três capelas (Santo Antônio do Morro¹³, São Caetano e São Gonçalo¹⁴) surgem ao longo do curso

⁹ Mapa 2, quadrante B3

¹⁰ Mapa 2, na interseção entre os quadrante C2 e C3

¹¹ Mapa 2, quadrante C2

¹² Mapa 2, quadrante C1

¹³ Mapa 2, quadrante A1

d'água do Rio do Carmo, o que é consequência dos novos ribeirões auríferos ali encontrados, mas, como enfatizou Francisco Eduardo de Andrade, não se deve perder de vista os conflitos e disputas que envolviam a criação de uma nova capela (ANDRADE, 2011). Assim, muito mais do que ponderar o surgimento de novos lugares produtivos a partir das bases possibilitadas por antigos espaços de exploração e reprodução, retomam-se premissas interpretativas postas em prática por Cláudia Damasceno Fonseca (FONSECA, 2011) e Francisco Eduardo Andrade (ANDRADE, 2011), autores que notabilizaram os aspectos simbólicos e as disputas por instâncias de poder, elementos indissociáveis à expansão eclesiástica que se cumpriu.

Sobre este ponto de vista, a Tabela 1, ao pontuar as filiações eclesiásticas e administrativas das capelas representadas no Mapa 2, esquadrinha as fronteiras imaginárias que delimitam este espaço em formação. Nesse aspecto, vê-se que as capelas de Itaverava, Catas Altas do Rio Abaixo, Lamim, Santana do Morro do Chapéu¹⁵ e Nossa Senhora das Dores¹⁶, todas na região das nascentes do Rio Piranga, demarcavam os limites eclesiásticos da Matriz de Queluz. Entretanto, como se deve prever, estes limites não eram rígidos, pois, se tratando de um espaço em formação, permeado por práticas de territorializar os lugares, não foram escassas as variabilidades de jurisdições, em grande parte, decorrência das disputas por poder¹⁷.

Com o declínio da extração aurífera em Minas Gerais, uma rearticulação econômica foi vivenciada, dando-se início a um processo de “acomodação evolutiva”, no qual os setores agrícola e têxtil foram os sustentáculos econômicos (LIBBY, 1988). Assim, a capitania passou por uma ruralização de sua economia, sendo a região do arraial de Piranga um espaço privilegiado para o seu estudo e compreensão, pois, devido às suas particularidades geográficas e socioeconômicas, caracterizou-se como um espaço de transição de uma sociedade urbanizada para uma região rural socialmente estável¹⁸.

¹⁴ Ambas no Mapa 2, quadrante B1

¹⁵ Todas elas representadas no Mapa 2, quadrante A2

¹⁶ Mapa 2, quadrante A3

¹⁷ Estas inconstâncias jurídicas, administrativas e eclesiásticas podem ser observadas pelas informações contidas na Tabela 1. Note-se, por exemplo, a capela de Itaverava, ainda que incerta a data de sua fundação, figura nas narrativas dos primeiros descobrimentos, nos quais é filial da Matriz de Queluz. Elevada à igreja matriz, sede de sua freguesia, no ano de 1726, tornou-se um novo centro de povoamento e ocupação destes sertões, perceptível, por exemplo, ao se considerar a capela de Lamim, erigida em 1760, filial da Matriz de Itaverava.

¹⁸ Postula-se aqui a ideia deste *lugar de passagem*, formado na aurora dos primeiros empreendimentos auríferos, que, em função de sua localização geográfica (fronteira agrícola), tornou-se um *espaço de transição*, configurando paisagens peculiares para compreensão do fenômeno da reinvenção das Minas

COMPADRIO, CASAMENTO E ESPAÇO EM ZONA DE FRONTEIRA
AGRÍCOLA: REDES SOCIAIS DA ELITE RURAL DE PIRANGA (MINAS GERAIS,
C1760-C1850)

Tabela 1 – Malha eclesiástica, vales do Rio Piranga e Xopotó (1694-1800)

Capela	Freguesia	Distrito	Termo
Itaverava	Matriz de Queluz		Termo de Vila Rica Termo da Vila de São José
Catas Altas do Rio Abaixo	Matriz de Queluz	Distrito de Queluz	
Lamim	Freguesia de Itaverava	Distrito de Queluz	
Santana do Morro do Chapéu	Matriz de Queluz	Distrito de Queluz	
Nossa Senhora das Dores	Matriz de Queluz	Aplicação do Morro do Chapéu	
Senhora dos Remédios	Matriz da Borda do Campo	Distrito de Barbacena	Termo da Vila de São José
	Matriz de Piranga	Distrito de Piranga	Termo de Mariana
São José	Matriz de Piranga	Distrito de Piranga	
São Caetano do Xopotó	Matriz de Piranga	Distrito de Piranga	
Capela do Desterro	Matriz de Piranga	Distrito de Piranga, Rio Pomba e Barbacena	
Nossa Senhora da Piedade da Espera	Matriz de Piranga	Distrito de Piranga	
Nossa Senhora do Rosário	Matriz de Piranga	Distrito de Piranga	
Senhora de Oliveira	Matriz de Piranga	Distrito de Piranga	
Santo Antônio do Calambau	Matriz de Piranga	Distrito de Piranga	
Nossa Senhora da Conceição do Porto Seguro	Matriz de Piranga	Distrito de Piranga	
Nossa Senhora da Conceição do Turvo	Matriz de Piranga		
Santana dos Ferros	Matriz de Piranga	Distrito de Piranga	
São Sebastião e Almas	Freguesia de Bom Jesus do Monte		
São Domingos	Freguesia do Sumidouro		
São Gonçalo	Freguesia de Bom Jesus do Monte		
São Caetano		Distrito de Mariana	
Santo Antônio do Morro		Distrito de Mariana	
Santa Rita	Freguesia do Pomba		
São José do Barroso	Freguesia do Pomba		
Nossa Senhora das Dores do Turvo	Freguesia do Pomba		

Fonte: BARBOSA, Waldemar de Almeida. *Dicionário histórico-geográfico de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Saterb, 1971

pelas Gerais, movimento destacado pela historiografia, no qual, unidades produtivas plurifuncionais (mineradoras, agrícolas e protoindustriais) teriam sido o sustentáculo da economia e novo fôlego para a reprodução social, pautada na mobilidade socioespacial e no enraizamento à propriedade da terra (LIBBY, 1988; ALMEIDA, 1994; CARRARA, 2007; LEMOS, 2014).

Os circuitos matrimoniais

Um casal, ao contrair matrimônio, institucionalizava uma nova família. Ao entorno deste enlace matrimonial, estratégias de mobilidade social e manutenção da riqueza eram geridas, o que definia os rumos da vida social e econômica dos membros desta família, bem como do espaço em que se inseriam.

No mundo rural português, a ‘casa’ é termo comumente utilizado em referência à família. A ‘casa’, espaço de habitação e vivência por excelência neste contexto ruralizado, envolvia a terra, as edificações, os animais e as pessoas. Unificava ao seu redor, a produção e o consumo, o que tornava inseparáveis a esfera econômica e familiar no imaginário do camponês do norte de Portugal (PINA-CABRAL, 1986: 38).

No contexto rural de Minas Gerais, a *casa*, enquanto espaço físico da reprodução socioeconômica dos indivíduos a ela arraigados, não deteve o papel central que ainda devia subsistir no imaginário familiar de emigrados portugueses. Um regime de alta disponibilidade de terras encontrado no Brasil acarretou em complexas estratégias de ocupação do espaço e consequentemente, multifacetados processos de sucessão e herança, o que, segundo Gusthavo Lemos, coloca a família no centro da reprodução social naquele espaço ruralizado (LEMOS, 2014). Portanto, conhecer as relações familiares neste contexto ruralizado distinto do concebido em Portugal, torna-se elemento primordial ao esforço de mensurar a formação do Brasil entre *velhos portugueses e novos brasileiros* (SCOTT, 2005).

Assim, este artigo analisa as redes sociais de casamento e compadrio constituídas por grupos familiares¹⁹ com grandes efetivos escravos em inventários *post-mortem*²⁰ e listas nominativas²¹. Objetiva-se, com isso, detectar padrões relacionais destas famílias, os quais sugerem como eram geridas as estratégias de mobilidade social e de manutenção do status social, da riqueza e do poder²².

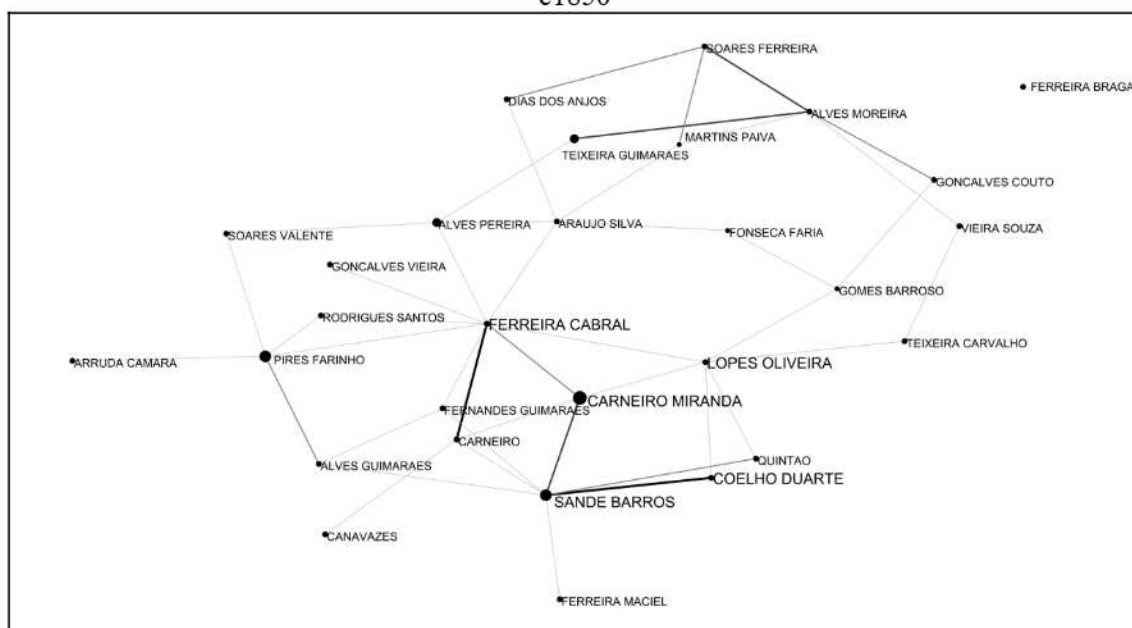
¹⁹ Destaca-se que a noção de *grupo familiar* empregada neste artigo não representa somente a família nuclear, um domicílio da lista nominativa ou um conjunto de inventários de pessoas com mesmo sobrenome, mas constituiu-se da análise pormenorizada das relações de parentesco encontradas em inventários e da consecutiva agregação das mesmas no entorno de um nome de família majoritário, geralmente aquele que os sucessores e herdeiros adotavam.

²⁰ Todos os inventários utilizados na pesquisa estão disponíveis no Arquivo da Casa Setecentista de Mariana (ACSM). Grande parte deste acervo, depois de higienizado e digitalizado, está disponível no site: <http://www.lampeh.ufv.br/acervosmg/>, acesso em 23/04/2015. Além deste acervo, também foram consultados inventários do Arquivo do Fórum de Piranga (AFP), perfazendo, aproximadamente, 300 inventários pesquisados.

²¹ As listas nominativas do arraial de Piranga e de todos os distritos de paz que tinham suas capelas filiadas à Matriz de Piranga, originalmente depositadas no Arquivo Público Mineiro, hoje, já tabuladas encontram-se disponibilizadas no portal: <http://www.poplin.cedeplar.ufmg.br>, acesso em 23/04/2015.

A partir das informações contidas nos inventários *post-mortem*, foi construída uma rede social com as relações de casamento estabelecidas entre 29 *grupos familiares*, todos eles senhores de 15 ou mais cativos²³, majoritariamente com boa parte de seu capital investido no setor agrícola, embora muitas delas pluriocupacionais, com marcante presença também no setor mercantil e na mineração²⁴.

Imagem 1 – Relações matrimoniais, Piranga, c1760 –
c1850



Fonte: ACSM. 1º e 2º Ofício. Inventários *post-mortem*.

Nesta rede social (Imagem 1), o tamanho do vértice representa o número de escolhas endogâmicas: quanto maior o vértice, mais vezes aquela família realizou casamentos entre primos, tios e sobrinhas, etc. A espessura da linha diz respeito às relações múltiplas entre duas famílias; por exemplo, os Soares Ferreira, possuem 3 relações matrimoniais com os Alves Moreira, enquanto estes últimos estabeleceram somente uma relação matrimonial com os Martins Paiva.

Algumas análises formais sobre estas relações demonstram a importância que detinham para estas famílias. Os dados da Tabela 2 mostram que as relações simples, ou

²² Os livros de batismo utilizados nesta pesquisa encontram-se no Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana (AEAM). Ao todo foram pesquisados 15 livros de batismo que abarcam o período de 1760 a 1885, totalizando até o momento 25.000 assentos. Todos eles encontram-se disponíveis para consulta online no site: <https://familysearch.org>, acesso em 05/05/2015.

²³ Estabeleceu-se o valor de 15 escravos, por ser uma cifra muito superior à média de 6,24 cativos por domicílio escravista recenseado nos anos iniciais da década de 1830. Ao se levar em consideração todos os domicílios, escravistas ou não, este valor decai para 2,12 escravos por domicílio. Portanto, dado o contexto agrícola da região, acredita-se que o efetivo de 15 cativos não deixa dúvidas quanto ao enquadramento destas famílias à elite local.

²⁴ Sobre estas elites pluriocupacionais e sua participação na formação do espaço mineiro, ver Mathias (2012).

seja, aquelas estabelecidas entre as famílias, não implicando em recorrência das mesmas nem nas escolhas endogâmicas, correspondiam a 49,37% do total de relações estabelecidas. Tal informação mostra que apesar da importância das relações internas à família, no contexto específico em estudo neste artigo, têm-se uma rede social com muitas relações estabelecidas entre as diversas famílias que a compõem. Estas famílias detentoras de grande cabedal, situadas na fronteira agrícola do núcleo minerador, viam estratégicas relações matrimoniais como chave para manutenção da riqueza e do prestígio num contexto de crise econômica.

Ainda analisando esta imagem, observa-se que há famílias com um alto número de relações, como por exemplo, os Ferreira Cabral, porém, representados por um vértice de pequena circunferência, o que indica que não realizaram escolhas endogâmicas. Este *grupo familiar* lançou mão de estratégias matrimoniais diferentes do que os Carneiro Miranda, família que possui menor número de relação com outras famílias e um alto número de escolhas internas à própria família. Em situação semelhante aos Ferreira Cabral estão a maioria destas famílias da elite piranguense. Dentre elas, saltam aos olhos os Araújo Silva e os Lopes Oliveira, famílias que também empreenderam várias relações matrimoniais externas ao núcleo familiar.

Tabela 2 – Número e tipos de relações, relações matrimoniais

	Tipo de Relações		
	Simples	Múltiplas	Endogâmicas
Número de relações	39	23	17
<i>Degree</i> Médio (*)	3,31	4,27	5,45

Fonte: ACSM. 1º e 2º Ofício. Inventários *post-mortem*. (*) Número médio de linhas que incidem sobre cada um dos vértices.

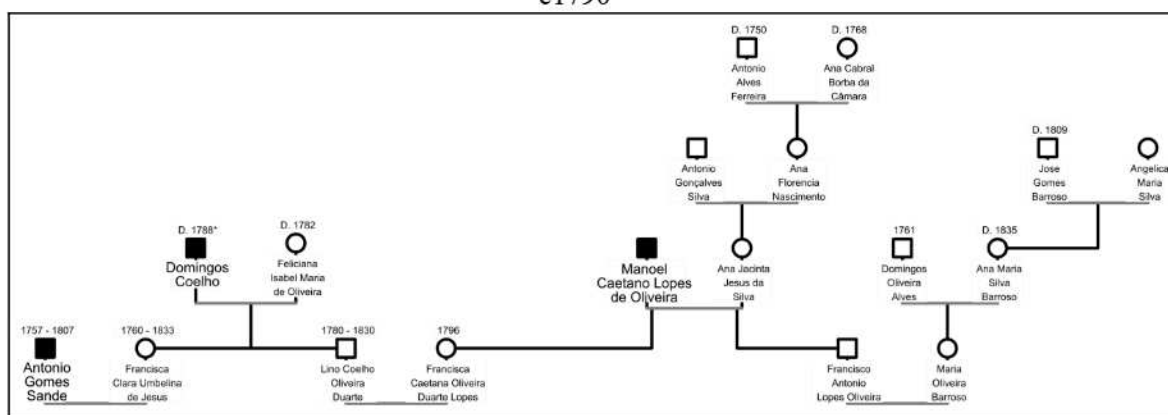
Sobre os Lopes Oliveira, têm-se notícia que no ano de 1783 o Sargento-Mór Manoel Caetano Lopes de Oliveira, natural da freguesia de Nossa Senhora da Piedade, casou-se com Dona Ana Jacinta de Jesus da Silva. Ana Jacinta era neta do Capitão Antônio Alves Ferreira, natural da freguesia de Ferreiras do Arcebispado de Braga na região do Minho. Foi um dos primeiros desbravadores dos Sertões do Leste e, casado com Ana Cabral da Câmara, constituíram um abastado patrimônio através de atividades auríferas e agrárias, dando origem ao *grupo familiar* Ferreira Cabral²⁵.

²⁵ ACSM, Códice 86, Auto 1815. 1º ofício. *Inventário de Dona Ana Cabral da Câmara*

Do casamento de Manoel Caetano e Ana Jacinta, nasceram seis filhos. A primogênita, Dona Francisca Caetana de Oliveira Duarte Lopes, casou-se com Lino Coelho de Oliveira Duarte. Lino Coelho era filho do Licenciado Domingos Coelho e irmão de Dona Francisca Clara Umbelina de Jesus, esposa do Capitão-Mór Antônio Gomes Sande, casal que deu origem ao *grupo familiar* Sande Barros²⁶. Vê-se nestes matrimônios específicos quão imbricadas eram as relações entre estas famílias da elite piranguense. Um bom exemplo, é o fato dos Ferreira Cabral e os Sande Barros, apesar de não terem estabelecido nenhuma relação matrimonial, possuírem primos em comum (Imagem 2).

Outro filho do Sargento Manoel Caetano e Dona Ana Jacinta, Francisco Antônio Lopes de Oliveira, casou-se com Maria Oliveira Barroso, neta do Guarda-Mór José Gomes Barroso. Este último, natural da freguesia de Santa Maria Paradella, também do Arcebispado de Braga, achegado em terras piranguenses, casou-se com Angélica Maria da Silva, uma das filhas do Tenente Antônio de Fonseca e Faria, outro português proveniente do Arcebispado de Braga no norte de Portugal.

Imagem 2 – Casamentos, Família Lopes Oliveira. Piranga, c.1730 –
c1790



Fonte: ACSM. 1º e 2º Ofício. Inventários *post-mortem*.

Vê-se através destas relações matrimoniais que o Sargento-Mór Manoel Caetano, advindo de outra freguesia mineira, buscou ascender socialmente através de um bom casamento com uma moça da elite local e solidificou seu patrimônio e prestígio social a partir de bons casamentos de seus filhos e filhas com outras famílias da região.

Entretanto, outras formas de se relacionar e posicionar-se socialmente foram geridas naquele espaço, dentre elas a empreendida pelos Carneiro Miranda. Esta família, além de casamentos estratégicos com algumas famílias da localidade, recorrentemente

²⁶ ACSM, Códice 25, Auto 645. 1º ofício. *Inventário do Capitão-Mór Antônio Gomes Sande*

utilizaram-se das escolhas endogâmicas, alternativa por vezes empreendida a fim de também solidificar-se economicamente e socialmente, por assim não dispersar a riqueza.

Outro ponto interessante a se destacar dos Carneiro Miranda é que este *grupo familiar*, juntamente com os Fernandes Guimarães e os Carneiro, são intermediários diretos entre os Ferreira Cabral e os Sande Barros, duas das mais proeminentes famílias na rede de matrimônios. Detido nas informações contidas em inventários sobre onde estas cinco famílias possuíam terras vê-se que os Ferreira Cabral ao longo do século XVIII e XIX estavam estabelecidos nos distritos de Calambau e Tapera, enquanto os Sande Barros estavam em Piranga e Calambau²⁷. Já os Fernandes Guimarães estavam em Calambau e Barra do Bacalhau²⁸, os Carneiro em Piranga e Tapera e os Carneiro Miranda em Calambau e Tapera. Nota-se que, à exceção dos Carneiro, todos os outros *grupos familiares* detinham propriedades em Calambau, com destaque também para as localidades de Tapera e Piranga.

Mesmo habitando as mesmas paragens, estas duas famílias, Ferreira Cabral e Sande Barros, socialmente distintas, não possuíam relações de casamento entre si, o que pode ser sugestivo de que alguma disputa por uso da terra, riqueza ou poder econômico levou a estes padrões averiguados. Contudo, mostra também que o espaço vivenciado é por excelência onde se reproduz as práticas sociais, pois todos os grupos familiares intermediários habitavam algum espaço comum ao daquelas duas proeminentes famílias.

Certamente a probabilidade de uma família piranguense casar-se com outra família da mesma freguesia é maior do que casar-se com uma família influente, por exemplo, do Distrito Diamantino ou da Vila de Mariana e Ouro Preto; contudo, os dados analisados sugerem que dentro da própria localidade há uma dinâmica espacial de relações matrimoniais que permitem extrapolar a semovente delimitação territorial do que era um arraial, um distrito de paz ou uma freguesia e, repensar qual era o espaço vivenciado por aquelas importantes famílias que ali possuíam terras.

²⁷ Todos estes distritos estão representados no Mapa 2 com suas capelas dentro do quadrante B2. Enquanto Piranga é a capela de Nossa Senhora da Conceição de Guarapiranga, primeira capela da região, sede da paróquia e igreja matriz da freguesia de mesmo nome, tinha as capelas de Santo Antônio do Calambau (Calambau) e Nossa Senhora do Porto Seguro (Tapera), como capelas filiais.

²⁸ No Mapa 2, este distrito é representado pela Capela de Santana dos Ferros (quadrante C1). Esta capela foi a primeira a se desvincular da matriz de Piranga e tornar-se matriz de sua própria freguesia no ano de 1832 (Ver BARBOSA, 1971).

O espaço matrimonial

As relações matrimoniais estabelecidas pela família Sande Barros são elucidativas do quanto às relações matrimoniais são geograficamente traçadas. Este *grupo familiar* tem suas origens na família Coelho Duarte, e firma-se como tal através do casamento do Capitão-Mór Antônio Gomes Sande, natural de São Nicolau, Cabeceiras do Basto, Arcebispado de Braga, com Dona Francisca Clara Umbelina de Jesus, natural da freguesia de Guarapiranga, filha legítima do Licenciado Domingos Coelho e de Dona Feliciano Isabel de Oliveira²⁹.

A despeito do padrão notado de casamento de um jovem advindo do norte de Portugal com uma moça da elite local, o qual ocorreu na geração anterior, quando das núpcias de Domingos Coelho com Dona Feliciano Isabel de Oliveira, filha do Capitão-Mór Antônio Duarte e de Maria Pinta de Oliveira, moradores em Passagem de Mariana³⁰, sabe-se que a emigração de Antônio Gomes Sande para as Minas se deu sustentada por uma rede familiar: dois de seus irmãos, Bento Gomes Ramos e Manoel Gomes Sande, também haviam fixado residência em Guarapiranga na segunda metade do século XVIII.

As núpcias do então Tenente Antônio Gomes Sande com Dona Francisca Clara deram-se próximas ao falecimento do pai da noiva que já era naquela ocasião viúvo, o que é um forte indicativo de que este matrimônio aconteceu num momento de rearranjo do patrimônio familiar. Deste modo, Antônio Gomes Sande e Francisca Cândida – a filha primogênita – herdaram a principal propriedade do casal, a Fazenda do Engenho, enquanto seus irmãos adquiriram outras propriedades em localidades próximas ao arraial de Piranga. A este respeito, sabe-se que o Licenciado Joaquim Coelho de Oliveira Duarte residia em Mariana e desenvolvia ali importantes funções judiciais³¹, enquanto o irmão mais jovem de Dona Francisca, Lino Coelho Duarte, já mencionado neste artigo, casou-se com a filha primogênita do Sargento-Mór Manoel Caetano Lopes de Oliveira, Dona Francisca Caetana de Oliveira Duarte Lopes, vindo a habitar o distrito de Calambau, onde viveu do cultivo de cana-de-açúcar, sendo arrolados em seu inventário 23 cativos³².

²⁹ AEAM, processo matrimonial, 22/05/1787.

³⁰ A capela de Santo Antônio do Morro (Mapa 2, quadrante A1), representa o distrito da Passagem de Mariana. Domingos Coelho, seu sogro e seu cunhado João Ferreira Almada, foram arrolados na lista de 1756 dos homens mais ricos da Capitania (ALMEIDA, 2006).

³¹ ACSM, Códice 46, Auto 1043, 2º Ofício. *Inventário do Licenciado Joaquim Coelho de Oliveira Duarte*

³² ACSM, Códice 26, Auto 647. 2º Ofício. *Inventário de Lino Coelho de Oliveira Duarte*

Assentado na Fazenda do Engenho, Antônio Gomes Sande dá novo rumo à propriedade, quase triplicando a produção de cana-de-açúcar e dos produtos que advêm desta gramínea, de acordo com Lemos (2014). No seu inventário, aberto em 1806, aparece como morador na Fazenda Pirapetinga, com duas sesmarias de extensão. Pelas descrições dos limites geográficos da propriedade, vê-se que se trata da antiga Fazenda do Engenho. No inventário também são arrolados 54 cativos, engenho movido à água, terras e águas minerais, além de um sobrado no largo do arraial de Piranga, totalizando um monte-mór de 14:570\$959 (quatorze contos, quinhentos e setenta mil, novecentos e cinquenta e nove réis)³³.

O Capitão e sua esposa tiveram quatro filhas e somente um filho, homônimo de seu pai; contudo, mesmo sendo o único herdeiro do sexo masculino, seguiu a carreira eclesiástica. Duas filhas, Maria Feliciano e Antônia, parecem ter permanecido celibatárias e provavelmente morrem ainda cedo, pois no ano de 1833 não aparecem como herdeiras no inventário de Dona Francisca Clara Umbelina de Jesus. A filha mais velha do casal, Francisca Cândida de Oliveira Sande, casou-se no ano de 1811, com o Cirurgião-Mór Antônio Pedro Vidigal de Barros, português, natural da freguesia de São Miguel de Penella, Comarca de Coimbra.

Deste casamento nasceram três filhas e dois filhos, porém, Francisca Cândida faleceu em 1819, provavelmente no parto do filho Joaquim, o qual tinha somente 8 meses quando se deu o processo de abertura do inventário³⁴. A morte precoce de uma das herdeiras leva a família a traçar novas estratégias para manutenção de seu patrimônio: o viúvo Antônio Pedro casa-se com a outra filha do falecido Antônio Gomes Sande, Dona Teresa Altina, com quem teve mais sete filhos, cinco homens e duas mulheres, irmãos-primos dos cinco filhos de suas primeiras núpcias.

No ano de 1831, Antônio Pedro Vidigal de Barros encabeça a lista nominativa do distrito de Piranga. Como juiz de paz, foi o responsável pela elaboração da mesma. Listado como lavrador e negociante, é também o maior proprietário de escravos do distrito, com um efetivo escravo de 44 cativos. Além dele, são arrolados como livres em seu domicílio: sua esposa, Teresa Altina, oito filhos (cinco filhos do primeiro casamento e três do segundo), sua sogra Francisca Clara e seu cunhado Padre Antônio Gomes Sande.

³³ ACSM, Códice 25, Auto 645. 1º ofício. *Inventário do Capitão-Mór Antônio Gomes Sande*

³⁴ ACSM, Códice 97, Auto 2032. 1º Ofício. *Inventário de Dona Francisca Cândida de Oliveira Sande*

Em 1833, faleceu Dona Francisca Clara, viúva do Capitão Antônio Gomes Sande e sogra de Antônio Pedro Vidigal de Barros, que é o seu inventariante. São arrolados no inventário 55 cativos e um monte-mór que ultrapassa a cifra dos trinta e um contos de réis. A Fazenda Pirapetinga aparece com suas duas sesmarias de terras de cultura, capoeiras e matos virgens, canaviais, engenho de água corrente, outro de bois e outro de mandioca. Novas terras de cultura e minerais são declaradas, adquiridas por compra a vizinhos próximos: cem alqueires contraídos aos herdeiros de Simão Ferreira da Silva, e uma “lavra de vieiro” acrescida de terras de cultura, que haviam sido do Capitão-Mor José Coelho Duarte, seu irmão³⁵. Vê-se que, passados quase 30 anos da morte do Capitão-Mór Antônio Gomes Sande, a unidade produtiva da família permaneceu quase intocável em suas características produtivas, conservando sua valência múltipla.

Em 1838, na listagem nominativa dos habitantes do distrito de Piranga, Antônio Pedro Vidigal de Barros aparece como chefe de um fogo onde coabitam sua esposa, oito filhos menores e 51 cativos. Neste momento, duas filhas do primeiro casamento já estavam casadas e um filho encaminhado para a vida eclesiástica. No ano seguinte ao recenseamento, o Cirurgião faleceu, sendo sua esposa sua testamenteira e tutora de seus filhos menores. No inventário, novamente é arrolada a Fazenda Pirapetinga, com benfeitorias, canaviais, casas de morada e 150 barris de aguardente. Também são elencados 43 cativos e paiol com milho, arroz e feijão, em um monte-mór de 45:424\$315 (quarente e cinco contos, quatrocentos e vinte e quatro mil, trezentos e quinze réis).

Diferente das impossibilidades que a falta de capital humano da geração anterior impôs a este *grupo familiar*, no delineamento das estratégias de sucessão e matrimoniais, havia agora um amplo leque de possibilidades para reproduzir e ampliar os recursos econômicos, políticos e de prestígio do *grupo familiar*. Deste modo, foram cuidadosamente traçados os enlaces matrimoniais de três filhos do Cirurgião-Mór Antônio Pedro Vidigal de Barros com três filhas do Comendador Francisco Coelho Duarte Badaró, primo de Dona Teresa Altina. O Coronel Joaquim Pedro Vidigal de Barros casou-se com Dona Constança Augusta Badaró, o Capitão Fortunato Pedro Vidigal de Barros com Dona Maria Adelaide Duarte Lima Badaró e o Major João Pedro

³⁵ ACSM, Códice 151, Auto 3174. 1º Ofício. *Inventário de Dona Francisca Clara Umbelina de Jesus*.

Vidigal Barros casou-se com Dona Olímpia Francisca Duarte Badaró. Em todos estes casos, os genros do Comendador foram agraciados com 4 contos de réis³⁶.

Estes três casamentos representam as estratégias internas a estas duas famílias que tinham sua origem numa mesma linhagem sucessória. Contudo, também articulavam estratégias de alianças externas, estendendo suas redes matrimoniais, criando fluxos para recursos econômicos e prestígio social.

Dois filhos do segundo casamento de Antônio Pedro Vidigal de Barros casam-se com outros membros da elite local: os Carneiro Miranda, abastada família do distrito de Calambau. Ana Teresa Sande Barros casou-se com o Capitão José Carneiro de Miranda, 24 anos mais velho que ela, e seu irmão Manoel Pedro Vidigal de Barros casou-se com Maria Perpétua Carneiro, sobrinha do Capitão José Carneiro. Na lista nominativa de 1831 do distrito de Calambau, José Carneiro aparece como proprietário de 12 escravos, e seu pai, Alferes Antônio Liberato Carneiro de Miranda, de 24 escravos.

Estes dois matrimônios não são os únicos que unem as duas famílias. João Pedro Vidigal de Barros ao ficar viúvo de Olímpia, contraiu novas núpcias com Maria José Figueiredo Carneiro Miranda, viúva de Antônio José Carneiro Miranda e filha do Coronel José Justiniano Carneiro, o maior proprietário de escravos do distrito de Tapera no ano de 1831, com um efetivo escravo de 66 cativos arrolados na lista nominativa de habitantes³⁷.

Vê-se por estes enlaces matrimoniais que os Sande Barros arquitetaram importantes relações com famílias que detinham amplo cabedal. Não obstante, estas uniões expressam formas como este *grupo familiar* geriu seu patrimônio através da mobilidade sócio-espacial dentro do território da freguesia. Em 1830, quando foi aberto o inventário de Lino Coelho Duarte – irmão de Dona Francisca Clara, portanto, tio avô dos filhos de Antônio Pedro Vidigal de Barros –, ele nomeia Antônio Pedro Vidigal de Barros e o Padre Antônio Gomes Sande, como herdeiros de sua propriedade: a “fazenda d’O Seringa”, situada no distrito do Calambau. Desde então, esta família começou a mover recursos para se assentarem nesta nova localidade e assim, casam-se estrategicamente com os Carneiro Miranda, família que já estava enraizada em Calambau desde finais do século XVIII. Por outro lado, como demonstrado, também se entrecruzam com os Coelho Duarte, que, além de terem um grau de parentesco com os Sande Barros, eram grandes proprietários de terras e escravos no distrito de Piranga.

³⁶ AEAM, dispensas matrimoniais, 17/08/1848.

³⁷ AFP, Caixa A009, Documento 143. *Inventário de Antônio José Carneiro de Miranda*

Portanto, os Sande Barros moviam recursos para manterem suas posses e prestígio no distrito de origem, mas, de forma complementar, traçavam relações com famílias de outras localidades nas quais detinham algum interesse para manutenção de seu patrimônio e nos rumos sucessórios do *grupo familiar*.

O parentesco espiritual

A natureza e os significados das escolhas realizadas na pia batismal foram o objeto de estudos clássicos de antropologia das sociedades do mediterrâneo e da América Latina (PERISTIANY, 1965; WOLF, 1966). Além do caráter religioso, o compadrio possui uma dimensão social/relacional, pois pode reforçar ou consolidar laços de parentesco, amizade e solidariedade, além de criar relações de natureza clientelares.

Segundo Stephen Gudeman, num trabalho clássico publicado na década de 1970 (GUDEMAN, 1975), as explicações sobre as relações de compadrio são diversas, a começar pela natureza religiosa e secular desta prática social, havendo de se considerar também o caráter flexível dos laços espirituais, os quais unem pessoas de um mesmo grupo social, num universo de relações horizontais, sem perder de vista as relações verticais que interligam distintos extratos de uma mesma sociedade. Assim, destacam-se as duas vias nas quais o compadrio pode atuar: uma externa à família, de forma a organizar trocas sociais e reforçar laços; e outra, interna à família, pela qual se estreitam laços e reforçam-se relações previamente estabelecidas por outras formas de parentesco.

A historiografia brasileira tem dado especial atenção ao compadrio entre escravos (SLENES, 1999; FLORENTINO; GÓES, 1997; GÓES, 1993; FARIA, 1992; SCHWARTZ, 2001; GUDEMAN, SCHWARTZ, 1988; KJERFVE; BRÜGGER, 1990; FERREIRA, 2001; BOTELHO, 1997; NEVES, 1990; RIOS, 1990). Poucos estudos são centrados nos laços estabelecidos entre membros da elite política-administrativa e econômica (VENÂNCIO, 2006) e alguns outros analisaram detalhadamente o parentesco espiritual em sociedades mineiras setecentistas (HIGGINS, 1999; BRÜGGER, 2007; RAMOS, 2004). Todos estes estudos demonstraram como os registros de batismos oferecem excelente oportunidade para se compreender as hierarquias sociais e as estratégias de exclusão e cooptação, através da análise comparada nas escolhas realizadas no universo relacional dos livres, libertos e escravos.

Ao se analisar os registros de batismos em que os membros da elite piranguense estavam envolvidos, seja como pais, padrinhos ou senhores, detectou-se uma clara preferência por filhos legítimos, aqueles nascidos de uniões reconhecidas pela Igreja. Em 70,12% dos casos os batizados eram filhos legítimos, havendo casos extremos como o da família Rodrigues Santos, em que todos os batismos eram de filhos legítimos, e o do *grupo familiar* Canavazes, que se envolveu em batizados de filhos legítimos em 52,70% dos casos³⁸. Os filhos naturais, frutos de uniões consensuais, corresponderam a 23,53% de todos os batizados, enquanto os expostos, as crianças abandonadas em portas alheias, perfaziam a cifra de 3,83%.

Tabela 3 – Legitimidade dos batizados, Piranga, c1760 – c1850

	Legítimo	Natural	Exposto	Sem informação
Total	57,00%	34,78%	4,13%	4,09%
Elite	70,12%	23,53%	3,83%	2,51%

Fonte: AEAM. Registros paroquiais de batismo.

Na Tabela 3, os sem informação, quando não são aqueles registros onde o pároco omitiu a informação ou por algum desleixo não a transcreveu ali, são, em muitos casos, batismos de adultos, geralmente escravos recém-chegados à região, ou ainda, *gentios do mato* – índios que foram catequizados. Pela Tabela 3 vê-se a massiva presença de indivíduos livres nos batismos em que os membros da elite piranguense estavam envolvidos. Do total de batismos, as mães livres correspondiam a 71,56%, as livres não brancas a 13,05% e as cativas a 15,39%. Importante ter em mente que o apadrinhamento de escravos é reflexo de complexas negociações entre senhores e cativos, indicando muitas vezes a vontade do escravo ou do seu senhor na escolha dos compadres (BACELLAR, 2011).

Tabela 4 – Condição legal das mães dos batizados, Piranga, c1760 – c1850

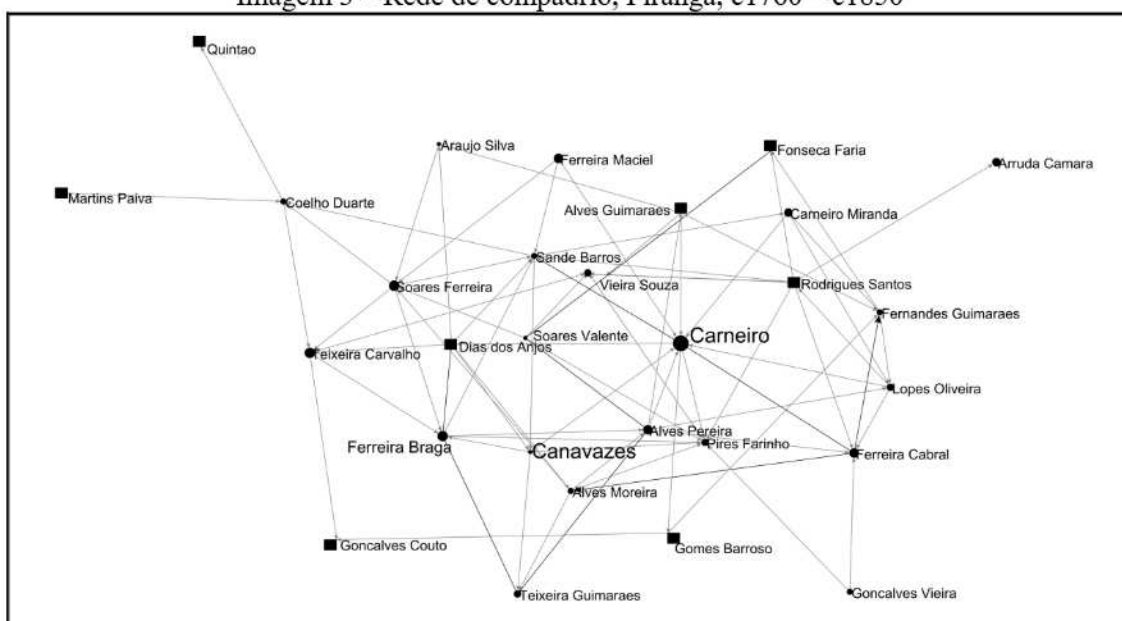
	Livre	Livre não-branco	Escravo
Total	48,87%	17,86%	33,27%
Elite	71,56%	13,05%	15,39%

Fonte: AEAM. Registros paroquiais de batismo.

³⁸ Cifra abaixo do total da taxa de legitimidade da localidade.

Na rede social de compadrio (Imagem 3) nota-se uma diferente organização estrutural em relação à rede de casamento, o que demonstra a distinta natureza social destas duas relações. Por exemplo, a família Ferreira Braga na rede de casamento é isolada do restante dos outros grupos familiares, pois não possuem nenhuma relação matrimonial com as mesmas; contudo, na rede de parentesco espiritual, aparece como uma das mais proeminentes. Não obstante, foi averiguado um heterogêneo comportamento social na pia batismal. Enquanto há pais que não escolheram seus compadres dentro do próprio universo familiar, há famílias em que este foi o comportamento mais comum, como por exemplo, os Carneiro, família que em 14 batismos escolheu membros da própria família como compadres. Do mesmo modo, há famílias que apadrinharam escravos mais de 30 vezes como, por exemplo, os Ferreira Braga e os Soares Ferreira, e outras somente uma ou duas vezes, ou mesmo em nenhuma situação, como averiguado para a família Rodrigues Santos.

Imagem 3 – Rede de compadrio, Piranga, c1760 – c1850



Fonte: AEAM. Registros paroquiais de batismo.

Para melhor ilustrar estas dissimilaridades averiguadas nas relações de compadrio, elegem-se análises pormenorizadas do ciclo familiar de duas famílias que se encontram entre aquelas recorrentemente escolhidas nas relações de compadrio: Carneiro e Canavazes.

Como a maioria destas famílias de elite, os Carneiro combinaram atividades mercantis e agrárias. O patriarca desta família, Antônio Januário Carneiro, chegou em terras mineiras provavelmente nos anos iniciais da década de 1750, advindo da

freguesia de São João Batista, na Vila do Conde no Arcebispado de Braga³⁹. Em 1779, casou-se com Dona Teresa Maria de Jesus da Silva, filha do casamento do Tenente Antônio Gonçalves Silva com Dona Ana Florência Nascimento da Purificação, que era natural do distrito de Calambau e filha do já mencionado casal: Capitão-Mór Antônio Alves Ferreira e Ana Cabral Borba da Câmara⁴⁰. Deste enlace matrimonial nasceram cinco filhos e uma filha.

Como a maioria dos portugueses chegados às Minas, provavelmente Antônio Januário Carneiro descende de indivíduos pouco abastados do norte de Portugal, e construiu sua riqueza pelas oportunidades oferecidas pela dinâmica e instável economia aurífera, ao investir recursos no cultivo de cana, nas atividades auríferas e no comércio com a praça mercantil do Rio de Janeiro, conforme consta em seu inventário. Neste documento ainda ficaram incluídas uma variedade de dívidas a receber, além de um grande estoque de bens de consumo que eram comercializados em sua venda. Também foram arrolados 18 cativos como sendo de sua propriedade.

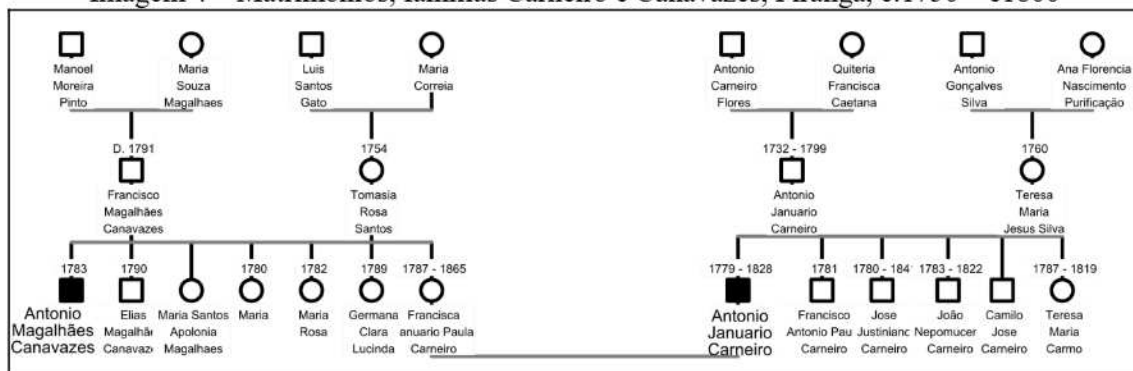
Numa trajetória em alguns aspectos similar, Francisco Magalhães Canavazes, natural da freguesia de Santa Marinha dos Fornos, no Bispado do Porto, chegou às Minas em algum momento entre as décadas de 1750 e 1760. Nos anos iniciais residiu em Itabira e Vila Rica e por fim se estabeleceu em Piranga, onde desenvolvia a atividade de boticário. Nesta localidade casou-se com uma moça nativa, Tomásia Rosa Santos, com quem teve dois filhos e cinco filhas. Francisco morre em 1791, deixando um monte-mór bem menor que o do Capitão-Mór Antônio Januário Carneiro. Em seu inventário são arrolados somente quatro escravos, uma variedade enorme de utensílios médicos, vidrarias e ervas que eram utilizadas em sua botica. Fica evidente pela leitura deste documento que toda sua riqueza foi constituída pelos serviços de boticário por ele prestados à população do arraial de Piranga e seus arredores⁴¹.

³⁹ ACSM. Códice 55, Auto 1227. 1º Ofício. *Inventário do Capitão-Mór Antônio Januário Carneiro*

⁴⁰ ACSM. Códice 86, Auto 1848. 2º Ofício. *Inventário do Tenente Antônio Gonçalves da Silva*

⁴¹ ACSM. Códice 74, Auto 1572. 1º Ofício. *Inventário de Francisco Magalhães Canavazes*

Imagem 4 – Matrimônios, famílias Carneiro e Canavazes, Piranga, c.1750 – c.1800



Fonte: ACSM. 1º e 2º Ofício. Inventário *post-mortem*.

Afora o fato de terem vivido numa mesma época em um mesmo arraial mineiro, uma das filhas do boticário casou-se com o filho mais velho do Capitão-Mór, que era homônimo do pai (Imagem 4) e também como seu pai detinha o cargo de Capitão-Mór. Outro filho de Antônio Januário Carneiro, Camilo José, tinha uma casa de negócios no Rio de Janeiro. Seu irmão José Justiniano Carneiro, era Coronel no distrito de Tapera e em seu inventário, datado de ano de 1841, foram arrolados 65 escravos⁴². José Justiniano fora casado em primeiras núpcias com Dona Antonia Teresa Maria do Carmo, filha do Capitão Antônio Alves Ferreira, um rico proprietário de terras também em Tapera. Um dos filhos deste Capitão, Tenente José Alves Ferreira, casou-se com Teresa Maria do Carmo, a única filha do Capitão-Mór Antônio Januário Carneiro. Na listagem nominativa do ano de 1831, o Tenente José Alves Ferreira aparece como chefe de um fogo com 40 cativos e ocupado em atividades agrícolas (engenho de cana) e na mineração. Seu cunhado, Coronel José Justiniano, também aparece na mesma lista, chefe de um fogo vizinho, onde foram arrolados 66 escravos⁴³.

Diferente dos filhos do Capitão-Mór Antônio Januário Carneiro, os herdeiros do boticário Francisco Magalhães Canavazes, não expandiram o poder, prestígio e riqueza da família. De posses muito mais humildes, as informações sobre o desenrolar de suas trajetórias encontram-se fragmentadas nas documentações pesquisadas. Sabe-se que o filho mais velho, Antônio Magalhães Canavazes, tornou-se sucessor de seu pai no ofício de boticário, tornando-se Licenciado, ofício de quem desenvolvia procedimentos cirúrgicos. No recenseamento realizado em 1831, Antônio Magalhães Canavazes é listado como cirurgião e chefe de um domicílio onde coabita com sua esposa, Hipolita Norberta, 5 filhos e nenhum escravo. Porém, há três crioulos livres que também são

⁴² ACSM. Códice 22, Auto 558. 2º Ofício. *Inventário de José Justiniano Carneiro*

⁴³ APM. Lista Nominativa do Distrito de Tapera. Disponível em: <http://www.poplin.cedeplar.ufmg.br>.

recenseados em seu domicílio, provavelmente agregados que desenvolviam alguma atividade em sua botica.

Nesta mesma listagem, Germana Clara Lucinda, também filha de Francisco Magalhães Canavazes, aparece como cabeça de um domicílio em que reside seu irmão Elias, declarado como sacristão, e mais quatro escravos. Germana é listada como costureira. Nesta mesma listagem, duas de suas irmãs, Maria Apolônia e Maria Rosa, aparecem casadas com pequenos lavradores, ocupadas em atividades ligadas à indústria têxtil e no pequeno comércio destes produtos.

Dos 35 batizando apadrinhados por Antônio Januário Carneiro, 27 eram filhos legítimos, 5 eram naturais e 3 expostos, abandonados em portas alheias. Já Antônio Magalhães Canavazes foi padrinho de 11 crianças legítimas, 11 naturais e 3 expostos (Tabela 5). Destaca-se que entre os batizando legítimos apadrinhados pelo Capitão-Mór Antônio Januário Carneiro, um deles era filho do Licenciado Antônio Magalhães Canavazes e de Hipolita Norberta Celestina. Portanto, além de cunhados, eram também compadres.

Tabela 5 – Legitimidade dos batizando, Famílias Carneiro e Canavazes, 1810-1840

	Legítimos	Naturais	Expostos
Antônio Januário Carneiro	27	5	3
Antônio Magalhães Canavazes	11	11	3

Fonte: AEAM. Registros Paroquiais de Batismo.

Tabela 6 – Condição social dos pais dos batizando, Famílias Carneiro e Canavazes, 1810-1840

	Livre	Escravos	Forros
Pais			
Antônio Januário Carneiro	24	0	2
Antônio Magalhães Canavazes	11	0	0
Mães			
Antônio Januário Carneiro	29	0	3
Antônio Magalhães Canavazes	19	2	1

Fonte: AEAM. Registros Paroquiais de Batismo.

No que diz respeito à condição social dos pais dos afilhados do Licenciado Antônio Magalhães Canavazes, todos aparecem como livres; porém, um deles é

declarado com a cor/origem⁴⁴ parda e outro com a cor/origem crioulo, podendo-se imaginar que se tratava de indivíduos libertos. O pardo José Ferreira Lima é casado com a parda Maria de Jesus, e o crioulo José Raimundo de Abreu é casado com a crioula Maria Custódia, ambas sem uma condição social declarada, porém, assim como seus maridos, pode-se supor que sejam libertas. Além destas duas mães com alguma cor/origem declarada, outras três eram pardas. Uma era escrava de “Dona Maria [?] de Jesus” e as outras duas sem declaração sobre a condição. Mais uma vez, supõe-se tratar de libertas. Afora estes apadrinhamentos, Francisco Magalhães Canavazes, no dia 24 de junho de 1827, num sacramento ministrado na Matriz de Piranga, fora nomeado padrinho de Mariana, filha natural de Josefa Benguela, escrava do Alferes Francisco Dias da Costa. Em cinco batismos, as mães dos batizados apadrinhados pelo Licenciado aparecem com o título honorífico de Donas, enquanto somente dois pais possuem patentes militares: o Capitão Antônio Leandro Ferreira e o Sargento Luciano Carlos de Castro.

Tabela 7 – Cor/origem dos pais dos batizando, Famílias Carneiro e Canavazes, 1810-1840

	Brancos	Pardos	Crioulos	Africanos
Pais				
Antônio Januário Carneiro	22	3	1	0
Antônio Magalhães Canavazes	9	1	1	0
Mães				
Antônio Januário Carneiro	25	5	1	0
Antônio Magalhães Canavazes	16	4	1	1

Fonte: AEAM. Registros Paroquiais de Batismo.

⁴⁴ É necessário fazer uma elucidação sobre a terminologia “cor/origem” utilizada neste artigo. Com a maior circulação e tradução de obras do historiador Serge Gruzinski (GRUZINSKI, 2001) no campo da historiografia brasileira, uma das principais, senão a principal referência do tema das mestiçagens no Novo Mundo, muitos pesquisadores tem repensado as dinâmicas sociorelacionais da sociedade colonial brasileira à luz dos conceitos e métodos utilizados por Gruzinski. Vide por exemplo, a recente publicação do professor Eduardo França Paiva (PAIVA, 2015). Ainda, outros autores vinculados a esta mesma linha de pesquisa, já publicaram textos onde mostram como as “cores”, os qualitativos sociais designados na documentação históricos, representam o lugar social do indivíduo, aspecto percebido a partir da análise de trajetórias de pessoas que mudavam de cor quando ascendiam socialmente, adquirindo um novo ofício (GUEDES, 2008). Entretanto, mesmo com importantes avanços metodológicos alcançados, o problema de como interpretar estas designações documentais está longe de se esgotar na historiografia brasileira. Autores como Sílvia Lara (LARA, 2007) e Douglas Libby (LIBBY, 2013) sem descartarem a “cor” como lugar social, ao contrário, se valem desta ideia recorrentemente, postulam que estas, denotavam identidades e, em tese, remontam a gênese de um processo de racialização da sociedade brasileira. Assim, não sendo estes problemas centrais do objeto de pesquisa do presente artigo, optou-se pela designação de “cor/origem”, terminologia que não se posiciona nesta discussão sobre a dubiedade documental, mas, também, não fecha as portas para no devido momento, no artigo propício, expor posicionamentos sobre esta cara questão à historiografia brasileira.

O Capitão-Mór Antônio Januário Carneiro em 6 batismos é padrinho de filhos de mães com alguma cor/origem declarada. Cinco delas são pardas e uma crioula, que também é declarada como sendo forra, assim como duas das mulheres pardas. Quatro destas 6 mulheres são casadas, e seus maridos são da mesma cor/origem e condição social: 3 pardos e um crioulo. Os dados revelam que, em 15 ocasiões, as mães que escolheram Antônio Januário Carneiro como padrinho de seus filhos carregavam a nomeação de *Dona*, enquanto em onze ocasiões, os pais detinham alguma patente militar.

Ao analisar estes casos, depreendem-se nítidos contrastes entre estes dois universos. Fora a relação existente entre ambos, estabelecida no dia 26 de março de 1819, quando Antônio Januário Carneiro e sua esposa apadrinham um dos filhos de Francisco Canavazes e Hipólita Norberta. Não há nenhum intercruzamento de compadres. Por exemplo, ninguém que escolheu o Licenciado Francisco como compadre também selecionou Antônio Januário Carneiro. Se analisados os apadrinhamentos de outros membros de ambas as famílias, vê-se que somente em quatro sacramentos eles foram escolhidos simultaneamente e que em todos os casos eram batismos de filhos de pessoas sem algum título nobiliárquico, honorífico ou patente militar. Por último, cabe salientar que nenhum membro da família Canavazes foi escolhido como compadre por algum membro da família Carneiro, o que expõe a desigual relação estabelecida entre as duas famílias.

Outro ponto que merece destaque é a distinta natureza das escolhas realizadas por ambas as famílias. Enquanto os Carneiros transitavam por um círculo relacional de pessoas situadas no topo da hierarquia social piranguenses, escolhendo e sendo nomeados por indivíduos que detinham altas patentes militares, o comportamento relacional dos Canavazes era mais diversificado, perpassando por compadrios com atores situados nas camadas mais baixas da sociedade, como por exemplo, mulheres crioulas e solteiras, o que é perceptível no número de filhos naturais apadrinhados por Antônio Magalhães Canavazes (Tabela 5). Pode-se supor que os Canavazes situavam-se num estrato intermediário da hierarquia social piranguense e que, por isso, detinham o papel de integração religiosa e de assistir camadas mais baixas da população, tendo em vista que estavam ocupados no ofício de boticário e cirurgião. Tais atividades podem ter lhes legado a capacidade de construir uma clientela desde as camadas mais baixas da população às mais elevadas, o que permitiu a circulação entre as diversas camadas sociais e consequentemente um bom prestígio deste *grupo familiar*.

Conclusão

Neste artigo buscou-se analisar a mútua ingerência entre os circuitos matrimoniais e a prática do compadrio entre membros da elite escravista piranguense como forma de compreender as hierarquias sociais, as estratégias de ascensão e enraizamento social, os mecanismos de manutenção do poder e prestígio social em níveis paroquiais.

Analisadas as redes de casamento e compadrio destas famílias, erigem-se complexos padrões relacionais que dão subsídios para se pensar o *modus operandi* destas famílias, além de ressaltar a heterogeneidade relacional apreendida pelas imbricadas redes constituídas.

Acerca dos circuitos matrimoniais, notou-se diversificadas alianças que conjugavam enlaces endogâmicos e exogâmicos, consequência direta das estratégias de manutenção do patrimônio familiar e inserção nos principais círculos relacionais da região. Sobre as relações de compadrio, destacaram-se várias dissimilaridades relacionais. Esta prática social, ainda pouco decifrada pela historiografia, se mostrou, a todos que sobre ela se debruçaram, heterogênea, sem um padrão seletivo e com distintas estratégias de mobilidade e ascensão social por trás destes laços espirituais (OLIVEIRA, 2005). Através dos estudos de caso empreendidos defende-se que, assim como nas práticas matrimoniais, compreender o parentesco espiritual perfaz a diferenciação do que seriam escolhas internas e externas ao âmbito da família, frutos de distintas estratégias na pia batismal.

Não obstante, constatou-se a reprodução das relações matrimoniais e de compadrio. Observaram-se famílias que eram compadres no final do século XVIII, nas décadas iniciais do século XIX e nos anos finais da primeira metade do século XIX. Ainda que se tratasse de compadrios entre indivíduos diferentes, pode-se supor que estes laços se estabeleceram como forma de reafirmar os vínculos parentais constituídos décadas antes por seus ascendentes e, assim mais uma vez, gerir o prestígio da família através de relações com bons compadres. Assim, depreende-se que o compadrio funcionava como um mecanismo de integração social utilizado como forma de solidificar relações e/ou alavancar as mobilidades familiares.

Por fim, vale lembrar que foi através da *Análise de Redes Sociais* e dos desenvolvimentos formais das noções de centralidade que se pôde detectar padrões relacionais e embrenhar-se nas microanálises empreendidas ao longo deste artigo. Através da percepção da densidade de relações, outro artifício oferecido pela *Análise de*

Redes Sociais, constatou-se a existência de escolhas preferenciais e a consequente formação de grupos familiares, a qual, apreendida pelo historiador atento aos detalhes relacionais, abre uma gama de hipóteses e oportunidades interpretativas. Assim, a metodologia de Análise de Redes permitiu extrapolar certa rigidez analítica ao fornecer ricos elementos acerca da agência individual e familiar, possibilitando a percepção da complexidade sócio-relacional vivenciada pelos indivíduos estudados neste artigo e assim, uma mais acurada compreensão das escolhas realizadas por atores históricos.

Referências

ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de. Alterações nas unidades produtivas mineiras: Mariana, 1750-1850. 1994. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1994.

_____. Trajetórias imperiais: imigração e sistema de casamentos entre a elite mineira setecentista. In: ____; OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de. *Nomes e Números: alternativas metodológicas para a história econômica e social*. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2006.

ANDRADE, Francisco Eduardo. Fronteira e instituição de capelas nas Minas, América portuguesa. *América Latina em La História Económica*, nº 35, enero-junio de 2011.

ANDRADE, M. R.; LEMOS, G. Terra de compadres: família e enraizamento social na freguesia de Guarapiranga, Séculos XVIII e XIX. In: BOTELHO, T. R.; ANDRADE, M. R.; LEMOS, G. (Orgs.) *Redes sociais e história*. Belo Horizonte: Veredas&Cenários, 2013.

ARAÚJO, R. M.; SOUZA, D. C. de. As redes sociais dos homens-bons: Mariana, 1711-1800 In: BOTELHO, T. R.; ANDRADE, M. R.; LEMOS, G. (Orgs.) *Redes sociais e história*. Belo Horizonte: Veredas&Cenários, 2013.

BACELLAR, Carlos de A. P. Os compadres e as comadres de escravos: um balanço da produção historiográfica brasileira. *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História*. São Paulo: ANPUH, 2011.

BARNES, J.A. Class and committees in a Norwegian Island Parish. *Human Relations*, 7: 39-58, 1954.

BOTELHO, Tarcísio Rodrigues. Batismo e compadrio de escravos: Montes Claros (MG), século XIX. *LOCUS: Revista de História*, Juiz de Fora, vol. 3, nº 1. 1997.

BRÜGGER, S. M. J. *Minas patriarcal: família e sociedade*. São João Del Rei, séculos XVIII e XIX. São Paulo: Annablume, 2007.

CARNEIRO, Patrício Aureliano Silva. *Conquista e povoamento de uma fronteira: a formação regional da Zona da Mata no Leste da Capitania de Minas Gerais (1694-*

- COMPADRIO, CASAMENTO E ESPAÇO EM ZONA DE FRONTEIRA AGRÍCOLA: REDES SOCIAIS DA ELITE RURAL DE PIRANGA (MINAS GERAIS, C1760-C1850) 1835). 2008. 297 f. Dissertação (Mestrado em Geografia), Instituto de Geociências, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2008.
- CARRARA, Angelo Alves. *Minas e currais: produção rural e mercado interno de Minas Gerais – 1674-1807*. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2007.
- CARVALHO, Joaquim R.; RIBEIRO, Ana Isabel. Using network analysis on parish registers: how spiritual kinship uncovers social structure. In: _____. (ed.). *Bridging the gaps: sources, methodology and approaches to religion in Europe*. Pisa: Edizioni Plus, 2008.
- ELIAS, Norbert. Sugestões para uma teoria de processos civilizadores. In: _____. *O processo civilizador*. vol. 2, Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.
- FARIA, Sheila Siqueira de Castro. Família escrava e legitimidade: estratégias de preservação da autonomia. *Estudos Afro-Asiáticos*, Rio de Janeiro, n.23, dez. 1992.
- FARINATTI, L. A. E; VARGAS, J. M. Elites regionais, guerra e compadrio: a família Ribeiro de Almeida e suas redes de relações (Rio Grande do Sul, 1816-1844). *Topoi*, Rio de Janeiro, v. 15, p. 389-413, 2014.
- FELDMAN-BIANCO, B. (org.). *Antropologia das sociedades contemporâneas: métodos*. 2. ed. rev. ampl. São Paulo: Ed. Unesp, 2010.
- FERREIRA, Roberto Guedes. O parentesco ritual na freguesia de São José do Rio de Janeiro. *Sesmaria Revista do NEHPS*. Faculdade de Filosofia de Campo Grande, 01, ano 1, 2001.
- FIGUEIREDO, Luciano Raposo de Almeida; CAMPOS, Maria Verônica (coord.) *Códice Costa Matoso*. Coleção das notícias dos primeiros descobrimentos das minas na América que fez o doutor Caetano da Costa Matoso sendo ouvidor-geral das do Ouro Preto, de que tomou posse em fevereiro de 1749 & vários papéis. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1999.
- FLORENTINO, Manolo; GÓES, José Roberto. *A Paz das senzalas*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.
- FONSECA, Claudia Damasceno. *Arraiais e vilas d'el rei: espaço e poder nas minas setecentistas*. Trad. Maria Juliana Gambogi Teixeira, Claudia Damasceno Fonseca. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011.
- FREYRE, Gilberto. *Casa Grande & Senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. 51. ed. São Paulo: Global, 2006.
- GIL, Tiago Luís. *Coisas do caminho: tropeiros e seus negócios do Viamão à Sorocaba (1780-1810)*. 2009. Tese (Doutorado em História) – Departamento de História, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

_____. Elites locais e suas bases sociais na América Portuguesa: uma tentativa de aplicação das social network analysis. *Revista Brasileira de História & Ciências Sociais*, v. 3, n. 6, dez. 2011.

GÓES, José Roberto. *O Cativo imperfeito*. Um estudo sobre a escravidão no Rio de Janeiro da primeira metade do século XIX. Vitória – ES: Lineart, 1993.

GRUZINSKI, Serge. *O pensamento mestiço*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

GUDEMAN, Stephen. Spiritual relationship and selecting godparent. *Man*, v. 10, n. 2, jun. 1975.

_____; SCHWARTZ, Stuart B. Purgando o pecado original: compadrio e batismo de escravos na Bahia do século XVIII. In: REIS, João José (Org.). *Escravidão e invenção da liberdade*. São Paulo: Brasiliense, 1988.

GUEDES, Roberto. *Egressos do cativo*: trabalho, família, aliança e mobilidade social: (Porto Feliz, São Paulo, c.1798- c.1850). Rio de Janeiro: Mauad X, FAPERJ, 2008.

HAMEISTER, Martha Daisson. *Para dar calor à nova povoação*: estudo sobre estratégias sociais e familiares a partir dos registros batismais da Vila do Rio Grande (1738-1763). 2006. Tese (Doutorado em História) – Departamento de História, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

HASS, L. “Il mio buono compare”: choosing godparents and the uses of baptismal kinship in renaissance florence. *Journal of Social History*, v. 29, n. 2, 1995.

HENRY, Louis. *Técnicas de análise em demografia histórica*. Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 1977.

HIGGINS, Kathleen. *Licentious liberty in a Brazilian gold-mining region*: slavery, gender, and social control in Eighteenth-Century Sabara, Minas Gerais. Local: Art Ellipsis, 1999.

KJERFVE, T. M. G. N.; BRÜGGER, S. M. J. Compadrio: relação social e libertação espiritual em sociedades escravistas (Campos, 1754-1766). *Estudos Afro-Asiáticos*, 20, Junho de 1990.

KUZNESOF, Elizabeth. Clans, the militia and territorial government: the articulation of kinship with polity in eighteenth century São Paulo. In: ROBINSON, David. (ed.). *Social fabric and spatial structure in colonial Latin America*. Ann Arbor: University Microfilms, 1979.

_____. *Household economy and urban development*: São Paulo 1765 to 1836. Boulder: Westview Press, 1986.

LANGFUR, Hal. *The forbidden lands*: colonial identity, frontier violence, and persistence of Brazil's eastern Indians, 1750-1830. Stanford: Stanford University Press, 2006.

LARA, Sílvia Hunold. *Fragments setecentistas: escravidão, cultura e poder na América portuguesa*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

LEMOS, Gusthavo. *Minas da terra: família, produção da riqueza e dinâmica do espaço em zona de fronteira agrícola*. Minas Gerais, 1800-1856. São Paulo: Annablume, 2014.

LEWIN, Linda. *Política e parentela na Paraíba: um estudo de caso de oligarquia de base familiar*. Rio de Janeiro: Record, 1993.

LIBBY, Douglas Cole. A culture of colors: representational identities and Afro-Brazilians in eighteenth- and nineteenth-century Minas Gerais. *Luso-Brazilian Review*, v. 50, 2013.

_____. *Transformação e trabalho em uma economia escravista: Minas Gerais no século XIX*. São Paulo: Brasiliense, 1988.

MACHADO, Alcântara. *Vida e morte do bandeirante*. São Paulo: Imprensa Oficial, 2006.

MARCILIO, M. Luiza. *A cidade de São Paulo: povoamento e população (1750 – 1850)*. São Paulo: EDUSP: Pioneira, 1973.

MATHIAS, Carlos Leonardo Kelmer. *As múltiplas faces da escravidão: o espaço econômico do ouro e sua elite pluriocupacional na formação da sociedade mineira setecentista, c. 1711 – c. 1756*. Rio de Janeiro: Mauad X, FAPERJ, 2012.

MENDES, F. F. Família, História e redes sociais. IN: BOTELHO, T. R. LEEUWEN, M. H. D. (Orgs.) *História Social: perspectivas metodológicas*. Belo Horizonte: Veredas&Cenários, 2012.

_____. *Redes sociais, sucessão e herança em Guarapiranga (1780-1880)*. Relatório Final de Projeto de Pesquisa. Edital Universal FAPEMIG, APQ00828-08. Viçosa; UFV, 2011.

MERCADANTE, Paulo. *Os sertões do leste: estudo de uma região: a mata mineira*. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.

MORENO, J. L. *Who shall survive? Foundations of sociometry, group psychotherapy and sociodrama*. New York: Beacon Press, 1934.

NEVES, M. de F. R. das. Ampliando a família escrava: o compadrio de escravos em São Paulo no século XIX. IN: NADALIN, S. O.; MARCÍLIO, M. L. (Orgs.) *História e população: estudos sobre a América Latina*, São Paulo: ABEP, IUSSP, CELADE, Fundação SEADE, 1990.

OLIVEIRA, M. R. de. *Negócios de família: mercado, terra e poder na formação da cafeicultura mineira – 1780-1870*. Bauru: Edusc; Juiz de Fora: Funalfa, 2005.

PAIVA, Eduardo França. *Dar nome ao novo: uma história lexical da Ibero-América entre os séculos XVI e XVIII (as dinâmicas de mestiçagens e o mundo do trabalho)*. Belo Horizonte: Autêntica, 2015.

PERISTIANY, J.G. (ed.). *Honor and shame: The values of Mediterranean society*. London: Weidenfeld and Nicolson, 1965.

PINA-CABRAL, João de. *Sons of Adam, daughters of Eve: the peasant worldview of the Alto Minho*. Oxford: Clarendon Press, 1986.

RAMOS, Donald. *A social history of Ouro Preto: Stresses of Dynamic Urbanization in Colonial Brazil, 1695 – 1726*. Ann Arbor, Michigan: University Microfilms, 1972. Disponível em: <https://archive.org/details/socialhistoryof00ramorich>;

_____. Teias sagradas e profanas: o lugar do batismo e compadrio na sociedade de Vila Rica durante o século do ouro. *Revista Varia Historia*, Belo Horizonte, n. 31, 2004.

RIOS, Ana Lugão. *Família e Transição*. Niterói: UFF, 1990. (dissertação de mestrado).

ROWLAND, Robert. Alcance e limitação da história da família. In: _____. *População, família, sociedade: Portugal, séculos XIX-XX*. Oeiras: Celta, 1997.

SCHWARTZ, Stuart B. *Escravos, roceiros e rebeldes*. Bauru: Edusc, 2001.

SCOTT, Ana Sílvia V. Velhos Portugueses ou Novos Brasileiros: reflexões sobre a família luso-brasileira setecentista. In: PERARO, Maria Adenir; BORGES, Fernando Tadeu de Miranda. (orgs.). *Mulheres e Famílias no Brasil*. Cuiabá: Carlini & Caniato, 2005.

SIMMEL, Georg. O campo da sociologia. In: MORAES FILHO, Evaristo de (Org.). *Georg Simmel: sociologia*. São Paulo: Ática, 1983.

SLENES, Robert W. *Na senzala, uma flor*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

VENÂNCIO, Renato Pinto; SOUSA, Maria José Ferro de; PEREIRA, Maria Teresa Gonçalves. O compadre governador: redes de compadrio em Vila Rica de fins do século XVIII. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 26, nº 52, 2006.

VIANNA, Oliveira. *Populações meridionais do Brasil: história, organização, psicologia*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1987; Niterói: Editora da Universidade Federal Fluminense, 1987.

WOLF, Eric R. Kinship, friendship and patron-client relations in complex societies. In: BANTON, Michael (ed.). *The social anthropology of complex societies*. London: Tavistock, 1966.

Data de recebimento: 29/06/2015.

Data de aceite: 08/12/2015.